

## **Sobre a possibilidade de uma revolução russa nos escritos de Marx**

Gustavo Machado<sup>1</sup>

### **Resumo:**

No presente artigo pretendemos examinar os últimos escritos de Marx sobre a Rússia, com o intuito de avaliar o seu significado em relação a sua elaboração anterior e, particularmente, se apontam para qualquer ruptura ou inflexão ante o desenvolvimento conceitual de *O capital*.

**Palavras-chave:** Revolução Russa; Marx; história.

### **On the Revolution possibility in Marx's writings**

#### **Abstract:**

In this article we intend to examine the last writings of Marx on Russia, aiming at to evaluate its meaning in relation to their previous elaboration and, particularly, if they point to any rupture or inflexion in relation to the conceptual development of his main work *The capital*.

**Key words:** Russian Revolution; Marx; History.

**E**m 2017, completam-se 100 anos da Revolução Russa. Mesmo se tratando de um período marcado por tantos processos revolucionários, como demonstram os processos de descolonização da Ásia e da África, as revoluções Cubana e Chinesa, bem como os processos revolucionários derrotados, é indiscutível, quaisquer que sejam as preferências teóricas do analista, que a Revolução Russa não se afigura como um mero momento dentre outros. Longe disso. O processo iniciado em 1917 colocou sob nova perspectiva todos os eventos transcorridos desde esta data e alterou de forma definitiva o destino de todas as demais nações, por trágico que possa ser considerado o seu desfecho<sup>2</sup>. Particularmente, no domínio teórico, o pensamento de Karl Marx, até então considerado apenas mais um dos

<sup>1</sup> Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos.

<sup>2</sup> Como ilustração do impacto avassalador da Revolução Russa, basta rememorar que, em meados de 1921, o III Congresso da Internacional Comunista, criada sob o influxo da Revolução Bolchevique, reuniu 605 delegados de 103 organizações que representavam 52 países de todos os continentes. Parte expressiva desses partidos já possuía dezenas de milhares de membros (cf. BROUÉ, 2007, pp. 288-99).

múltiplos capítulos da tradição revolucionária do século XIX, tal como o foi, por exemplo, Blanqui e Proudhon, não pôde mais ser ignorado.

Ora, como se sabe, em fevereiro de 1848, com a publicação do *Manifesto comunista*, Marx apresentara ao mundo uma nova perspectiva de transformação social, não mais fundada em modelos futuros de uma sociedade perfeita, em apelos éticos de justiça ou nos direitos universais do homem<sup>3</sup>, mas nas condições sociais dadas ou, mais precisamente, no entrelaçamento entre o proletariado e o movimento socialista, entre as necessidades sociais de uma dada classe social, produto genuíno do modo de produção capitalista, e a possibilidade de destruição e superação deste mesmo modo de produção. Se poucos meses depois da publicação do *Manifesto* o levante de junho de 1848 na França mostrara que o proletariado poderia se colocar em luta em função de seus próprios interesses, em vez de marchar necessariamente a reboque de outras classes sociais; se a Comuna de Paris mostrara que este mesmo proletariado poderia, sob certas circunstâncias, depor o poder constituído; 1917 colocou à prova a efetividade da perspectiva acima aludida: a possibilidade de o proletariado, por meio de suas organizações e em função das contradições produzidas no seio da própria sociedade capitalista, destruir as formas de poder instauradas e colocar o futuro em suas mãos. Não sem razão, desde a Revolução Russa, a obra de Marx passou a ser, como nunca antes, debatida e divulgada, reivindicada e detratada, em todos os meios e em todos os espaços.

Paradoxalmente, no entanto, se a Revolução Russa era vista como a prova incontestada da efetividade do pensamento de Marx, por outro lado, era considerada, por muitos, a sua negação, seu ponto frágil. Afinal, sendo a Rússia um país atrasado – social, política e economicamente –, o braço asiático da Europa, o reduto da reação europeia<sup>4</sup>, como poderia ser exatamente este país, em que as condições sociais dadas estariam tão pouco

3 A crítica ao socialismo utópico, socialismo dos engenheiros do futuro, perpassa boa parte da obra de Marx. A última seção do *Manifesto* é dedicada especificamente ao tema. A este respeito, ver Oliveira (1998).

4 Em parte expressiva da obra de Marx existem referências ao papel reacionário exercido pela Rússia desde a Revolução Francesa. Por exemplo, em 1848, na *Nova Gazeta Renana*, Marx escreveu que em “qualquer lugar onde o absolutismo e a contrarrevolução são ativos, encontramos, de fato, sempre alemães, mas em nenhum lugar mais do que no ponto central da contrarrevolução permanente, a diplomacia russa” (MARX, 2010, p. 365). Com relação a esse tema, Marx escreveu uma obra, praticamente ignorada pela totalidade dos intérpretes, destinada ao exame da diplomacia secreta no século XVIII, cujo centro é o papel desempenhado pela Rússia e pelo tsarismo (MARX, 1979). Seu juízo sobre a Rússia era tão severo que um importante biógrafo de Marx como David McLellan chega a afirmar que ele tinha um “ódio quase patológico contra a Rússia” (MCLELLAN, 1990, p. 308).

desenvolvidas em relação à própria forma social capitalista, o ponto de partida da revolução socialista?

Com efeito, foi exatamente desse modo que não poucos marxistas consideraram a questão. Por exemplo, o marxista italiano Antonio Gramsci, em dezembro de 1917, escreveu um artigo sobre a então recente Revolução Russa, denominado: A revolução contra *O capital*. Não haveria nada de estranho nesse título, não fosse o fato de por *O capital* Gramsci se referir não à forma de organização social contraposta pela revolução em curso, mas à obra principal de Marx. A Revolução de Outubro seria, assim, uma revolução contra *O capital* de Marx, a negação de seu pensamento ou, ao menos, de algumas teses centrais ali defendidas.

Dizia Gramsci literalmente que a Revolução dos bolcheviques “é a revolução contra *O capital* de Marx. *O capital* de Marx era, na Rússia, o livro dos burgueses, mais que dos proletários”. Ele continuava, de modo a não deixar dúvidas quanto a sua interpretação: *O capital* era “a demonstração crítica da fatal necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental”. Somente então o proletariado poderia “pensar em sua desforra, em suas reivindicações de classe, em sua revolução”. E concluía: “Os fatos fizeram explodir os esquemas críticos dentro dos quais a história da Rússia deveria se desenvolver segundo os cânones do materialismo histórico” (GRAMSCI, 2004, p. 126).

O que era desconhecido de Gramsci à época é que uma indagação dessa natureza não era estranha ao próprio Marx. Nos últimos anos de sua vida, Marx fora questionado diretamente sobre as consequências de sua obra principal para o país dos tsares. Não apenas respondeu diretamente à questão como desenvolveu, ao menos em esboço, algumas especificidades da sociedade russa. Antes, todavia, de melhor examinarmos tais escritos de Marx, cabe analisar a questão prévia de se em seu pensamento anterior, particularmente em *O capital*, poderíamos encontrar respaldo para a tese que nega a possibilidade de uma revolução socialista na Rússia.

### ***A Revolução Russa é a negação de O capital de Marx?***

É muito provável que um dos trechos centrais para justificar a presente tese se encontre no “Prefácio” à primeira edição de *O capital*. Nesse “Prefácio”, após sustentar a necessidade do emprego da abstração para investigação dos fenômenos sociais, Marx esclarecia que o que pretendia “nessa obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação”. Ora, como sua “localização clássica é, até o momento, a Inglaterra”, ela servia de ilustração

principal da exposição teórica. No entanto, tratava-se de uma edição alemã, motivo pelo qual Marx advertia que se o leitor alemão virasse as costas à situação da classe trabalhadora inglesa ele seria obrigado a gritar-lhe: “*A fábula refere-se a ti*” (MARX, 2013, p. 78).

A reflexão acima esboçada se aгуça no parágrafo seguinte, quando Marx, ao comentar sobre as leis imanentes do modo de produção capitalista, dizia das “tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade”. Mais ainda. “O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” (MARX, 2013, p. 78). O que importa aqui notar é que, dessas passagens, extraiu-se a conclusão de uma concepção etapista da história: todos os países deveriam percorrer as mesmas fases de desenvolvimento até que, por fim, estivesse colocada a possibilidade da superação do modo de produção capitalista, a passagem para uma etapa superior. Sendo a Inglaterra, naquele momento, “o país industrialmente mais desenvolvido”, segue-se desse raciocínio que seria em terras britânicas a origem da revolução socialista ou, ao menos, em outros países mais desenvolvidos do Ocidente, como era o caso da França.

De fato, não faltam passagens na obra de Marx que atestam a necessidade de uma revolução na Inglaterra para o sucesso da revolução proletária. Vejamos alguns exemplos. Na *Nova Gazeta Renana*, jornal editado por Marx em Colônia no curso das Revoluções de 1848-49, podemos ler: “A Inglaterra domina o mercado mundial. Uma transformação das relações econômico-nacionais em todos os países do continente europeu, no continente europeu em seu conjunto sem a Inglaterra, é uma tempestade num copo d’água.” (MARX, 2010, p. 367) Na mesma direção, em 1850, na *Nova Gazeta Renana – Revista*, em artigo incluído por Engels na edição do livro *As lutas de classes na França*, vemos uma afirmação no mesmo sentido: “as relações de produção francesas são condicionadas pelo comércio exterior da França, por sua posição no mercado mundial e pelos seus limites; como poderia a França rompê-los sem uma guerra revolucionária que atingisse o déspota do mercado mundial, a Inglaterra?” (MARX, 2012, pp. 46-7).

Mesmo após a primeira edição de *O capital*, podemos encontrar sem maiores dificuldades passagens nesse mesmo sentido. Por exemplo, em seus escritos sobre a Irlanda, datados de fins de 1869 a 1870, Marx explicava que, pela sua posição na sociedade capitalista de então, a “classe trabalhadora inglesa constitui desde já o peso mais decisivo para inclinar a balança da emancipação social em geral” (MARX; ENGELS, 1979, p. 189). A “Inglaterra, como metrópole do capital, como potência que domina até agora o mercado mundial, é no momento o país mais importante para a revolução operária”. Além disso, era o “único país em que as condições materiais para esta revolução se desenvolveram até alcançar um certo grau

de maturidade” (MARX; ENGELS, 1979, p. 214). Muitos trechos análogos poderiam ser citados.

Não fosse o bastante, vários autores, como veremos adiante (com o caso da primeira geração de marxistas russos), encontram outro momento da obra de Marx para corroborar a tese de que, para ele, uma revolução proletária apenas poderia ser levada a cabo na Inglaterra. Trata-se do célebre Capítulo XXIV de *O capital*, aquele a respeito da acumulação originária. Nesse capítulo, Marx explicava a *gênese* histórica do capital, se não exclusivamente na Inglaterra, ao menos nos principais países do Ocidente europeu. Para tal, demonstrava como foi necessário, para que o capital viesse à luz, um longo processo histórico em que os produtores diretos foram violentamente expropriados de seus meios de produção e as instituições feudais, que garantiam minimamente sua sobrevivência, dissolvidas. Em uma passagem particularmente interessante para o problema aqui em análise, presente na primeira edição francesa, portanto em uma edição posterior à alemã, podemos ler: “Essa expropriação só se realizou de maneira radical na Inglaterra: por isso, esse país desempenhará o papel principal em nosso esboço. Mas todos os outros países da Europa ocidental percorreram o mesmo caminho.” (MARX, 2013, p. 788)

Diante desse quadro, a conclusão parece ser a de que somente após esse longo percurso, que vai da dissolução das relações sociais feudais ao desenvolvimento pleno das relações sociais capitalistas, poder-se-ia pensar em uma revolução proletária, na expropriação dos expropriadores, tal como ousaram fazer, paradoxalmente, ou para alguns, precipitadamente, o proletariado russo sob direção do Partido Bolchevique. A emancipação do proletariado teria como pressuposto um certo grau de maturação das condições sociais a que, àquela altura, apenas a Inglaterra atenderia.

Se é, no entanto, absolutamente inquestionável o juízo de Marx de que, ao menos para a situação econômico-mundial da época, uma revolução inglesa era uma condição necessária para o sucesso da revolução socialista e da emancipação do proletariado, podemos nos perguntar em que medida os trechos acima citados, e qualquer outro, autorizam-nos a inferir que um processo revolucionário deva necessariamente se iniciar pelo seu polo mais desenvolvido ou, ainda, o que é mais grave, que todos os países devam seguir o mesmo curso deste. Mesmo a passagem já citada de que o “país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro” não permite de modo algum inferir que este país mais atrasado deva seguir o mesmo caminho e passar pelas mesmas fases de sucessão que o país mais desenvolvido.

E realmente! A hipótese de que a revolução socialista deva necessariamente começar pela Inglaterra – ou, ainda, aquela outra tese a esta correlata: a de que todos os países devam passar pelas mesmas etapas

sociais de desenvolvimento – começam a perder toda sua aparente solidez tão logo examinemos mais de perto o texto de Marx, no lugar da colagem arbitrária de um sem-número de trechos isolados.

Em uma leitura atenta do capítulo sobre a *acumulação originária*, logo se percebe que, longe de criar qualquer universalização para lá da história, de impingir um caráter de necessidade ao processo histórico, o desenvolvimento de cada localidade era preservado em sua originalidade incontornável. Mesmo a passagem acima citada, em que se dizia que “todos os outros países da Europa ocidental percorreram ou estão a percorrer o mesmo caminho [o da acumulação originária]”, prosseguia com o seguinte complemento: “ainda que, segundo o meio, ele mude de coloração local, ou se restrinja a um círculo mais estreito, ou apresente um caráter menos pronunciado, ou siga uma ordem de sucessão diferente” (MARX, 2013, p. 788).

Como se nota, a passagem se refere tão somente aos países da Europa ocidental que, de uma maneira ou de outra, já percorreram ou estão a percorrer o caminho que conduz ao modo de produção capitalista. Mesmo nesse caso, Marx esclarecia que, segundo o país considerado, este processo se apresentava com distintas tonalidades, amplitude e, ainda, com ordens de sucessão diversas. Se isto era assim nas situações já consumadas de países da Europa ocidental, o que dizer daqueles que procuram uma teoria das etapas necessárias inescapáveis para toda e qualquer localidade, independentemente das particularidades internas de seu desenvolvimento?<sup>5</sup>

Ora, realmente, tal teoria não poderia encontrar, e não encontra, qualquer respaldo nos textos de Marx. Diferentemente da teodiceia hegeliana, em *O capital* não existe qualquer Absoluto que impulsione a humanidade rumo ao capitalismo. Se é possível dizer que a Inglaterra mostra aos demais países a imagem de seu próprio futuro, é pelo fato de o capital, uma vez originado local e historicamente, pela sua dinâmica e potência internas, ter a tendência de estender os seus tentáculos a todas as formas sociais a ele concomitantemente existentes. No entanto, se esta tendência interna do capital sempre permanece, nada se pode dizer, a

<sup>5</sup> A teoria das etapas necessárias pelas quais passaria toda e qualquer nação foi cristalizada na III Internacional a partir do ensaio atribuído a Stálin: *Materialismo dialético e materialismo histórico* (STÁLIN, 1982). Entre nós, essa visão foi mais amplamente difundida por Nelson Werneck Sodré. Por exemplo, já ao final de sua vida, em uma conferência sobre a teoria da história no Brasil, ele diz: “O feudalismo representa avanço em relação ao escravismo, e por isso vem depois, no tempo (...). Acontece, no Brasil (...). Ao mesmo tempo, as relações escravistas passam, sem intermediações atenuadoras – como aconteceu no modelo clássico – a relações de novo tipo, que denominamos feudais.” (SODRÉ, 1980, pp. 141-2)

*priori*, a respeito de quando, por que meios ou etapas tal tendência poderia se efetivar. Nem mesmo se irá se efetivar.

Mais ainda. A mera origem histórica, em uma dada localidade, de indivíduos expropriados em face de outros com o controle dos meios de produção não assegura por si só o desenvolvimento do capital. Marx pôde escrever esse capítulo não por uma necessidade inscrita no interior do processo histórico inglês, ou no interior da história ocidental, mas porque, no século XIX, o capital já se encontrava plenamente desenvolvido nesse país, permitindo buscar no passado a sua origem. Nos *Grundrisse*, já dizia Marx que, enquanto “o capital é fraco, ele próprio procura ainda apoiar-se nas muletas dos modos de produção do passado ou que estão desaparecendo com o seu surgimento. Tão logo ele se sente forte, joga as muletas fora e se movimenta de acordo com as suas próprias leis” (MARX, 2011, p. 546). O capital de muletas ainda não se movimenta de acordo com suas próprias leis e, não sem razão, nos momentos em que a antiga sociedade se encontra em decadência, a intencionalidade dos indivíduos, a maior ou menor audácia dos personagens e sujeitos sociais em luta, assim como acidentes históricos de todo tipo, jogam, sem qualquer dúvida, um importante papel.

Tanto é assim que, em nota, acrescentava-se: a “Itália, onde a produção capitalista se desenvolveu mais cedo, foi também o primeiro país a manifestar a dissolução das relações de servidão. (...) Assim, sua emancipação o transforma imediatamente num proletário absolutamente livre, que, no entanto, já encontrava seus novos senhores nas cidades, em sua maior parte originários da época romana”. Por que então não foi a Itália a pátria originária do capital? Ora, apesar desse percurso inicial, quando no século XV se deu cabo da supremacia comercial do Norte da Itália em função de uma revolução no mercado mundial, “surgiu um movimento em sentido contrário. Os trabalhadores urbanos foram massivamente expulsos para o campo e lá deram um impulso inédito à pequena agricultura, exercida sob a forma da horticultura” (MARX, 2013, p. 788). Sem dúvida, inúmeros outros casos poderiam ser mencionados nessa mesma direção.

Como se vê, não se encontra em *O capital* qualquer respaldo para a tese etapista e unilinear da história. Mesmo assim, tal tese já se insinuava entre certos grupos de “marxistas” russos nos fins dos anos 1870, particularmente em um grupo de russos exilados em Genebra, onde se encontravam, dentre outros, Plekhânov e Axelrod. Não há de se surpreender, então, que o próprio Marx demonstrasse um certo espanto ante tais interpretações e contra elas tenha se manifestado, sem deixar margem para qualquer ambiguidade.

Referimo-nos à carta enviada por Marx à redação do jornal russo *Notas Patrióticas*, na qual contestava o sociólogo Nicolai Michailovski. Este

escrevera um artigo para este mesmo jornal com o intuito de responder às acusações do economista liberal Juli Jukovski. Ocorre que nesse artigo Michailovski sustentava exatamente a tese de que a Rússia deveria percorrer as mesmas etapas de desenvolvimento que os demais países da Europa ocidental. Em sua resposta, Marx disse que Michailovski metamorfoseou completamente seu “esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem” (MARX; ENGELS, 2013, p. 68). A essa interpretação, que a posteridade transformará em lugar-comum, Marx respondia:

Porém, peço-lhe desculpas. (Sinto-me tão honrado quanto ofendido com isso.) Tomemos um exemplo. Em diferentes pontos de *O capital* fiz alusão ao destino que tiveram os plebeus da antiga Roma. Eles eram originalmente camponeses livres que cultivavam, cada qual pela própria conta, suas referidas parcelas. No decurso da história romana, acabaram expropriados (...). Assim sendo, numa bela manhã (eis aí), de um lado homens livres, desprovidos de tudo menos de sua força de trabalho, e de outro, para explorar o trabalho daqueles, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que aconteceu? Os proletários romanos não se converteram em trabalhadores assalariados, mas numa turba desocupada, ainda mais abjetos do que os assim chamados brancos pobres dos estados sulistas dos Estados Unidos, e ao lado deles se desenvolve um modo de produção que não é capitalista, mas escravagista. (MARX; ENGELS, 2013, pp. 68-9)

Continuava ele: “acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passam em ambientes históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares”. E concluía, de modo a não deixar margem para dúvidas sobre a impossibilidade de uma teoria histórica universal perpassada por um elemento de necessidade: “Quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo, jamais se chegará a isso tendo como chave-mestra uma teoria histórico-filosófica, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica.” (MARX; ENGELS, 2013, p. 69) O trecho não poderia ser mais contundente e direto em relação ao problema aqui em análise. A chave dos fenômenos pode ser encontrada “quando se estuda cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida”, jamais por meio de uma “teoria histórico-filosófica”, jamais por meio de uma “teoria supra-histórica” que pretenda informar, de antemão, o curso do processo histórico.

Ora, se alguns autores, mesmo nos dias de hoje, como é o caso de Michael Löwy<sup>6</sup>, sustentam existir em Marx, ao menos em certos momentos de sua trajetória, uma teoria etapista ou unilinear da história, não encontramos qualquer apoio em seus textos, sobretudo em *O capital*. Na verdade, desde muito cedo Marx rechaçou sem ambiguidades qualquer teoria histórico-universal. Por exemplo, em texto direcionado ao economista alemão Friedrich List, datado de 1845, ainda que em uma linguagem mais abstrata, podemos ler:

Sustentar que cada povo passa por este tipo de desenvolvimento seria uma visão tão absurda como pensar que cada povo teria de seguir o desenvolvimento político da França ou o desenvolvimento filosófico da Alemanha. O que as nações fizeram enquanto nações, fizeram-no para a sociedade humana; todo o seu valor reside somente em que cada (nação) concretizou para as outras uma determinação principal (um ponto de vista principal) dentro das determinações segundo as quais a humanidade leva a cabo o seu desenvolvimento. (MARX; ENGELS, 2013, pp. 68-9)

Em suma, se é verdade que Marx sustentou que, para o sucesso da revolução proletária, seria necessária uma revolução em seu elo mais desenvolvido, já que o socialismo pressupõe o “desenvolvimento superior das forças produtivas sociais promovido pelo trabalho assalariado” (MARX, 2011, p. 111); se é igualmente correto que procurou demonstrar a tendência interna do capital – e não uma tendência externa posta pela (H)istória concebida metafisicamente – de se expandir por todo o Globo, dissolvendo as formas sociais pretéritas; jamais procurou deduzir filosoficamente o desenvolvimento histórico e as etapas necessárias pelas quais deveria passar toda e qualquer nação; jamais afirmou que a revolução proletária principiaria necessariamente pela Inglaterra ou qualquer outro país. Tampouco é possível deduzir de seus escritos a impossibilidade de sua realização, de início, em um país atrasado. Não é possível extrair conclusão alguma sobre uma situação particular sem que antes se tenha estudado “cada uma dessas evoluções à parte, comparando-as em seguida”. Somente uma leitura muito superficial de *O capital*, como parece ser a de Gramsci, ao menos no período do artigo referido no começo do presente texto, pôde

6 Na apresentação da coletânea que tomamos como base neste artigo, mas também em outros textos anteriores, Michael Löwy sustenta que os escritos de Marx sobre a Rússia marcam uma “ruptura profunda com qualquer interpretação unilinear, evolucionista, ‘etapista’ e eurocêntrica do materialismo histórico” (LÖWY *in* MARX; ENGELS, 2013, p. 9). A tese é, no mínimo, curiosa, particularmente por tomar como ponto de demarcação exatamente a carta de 1877 citada acima, em que Marx nega que *O capital* ofereça uma base minimamente consistente para qualquer teoria unilinear da história.

concluir que a Revolução Russa teria sido uma revolução contra *O capital* de Marx.

Se, no entanto, a Rússia não estava destinada a passar, necessariamente, pelas mesmas etapas que a Inglaterra, que outras possibilidades existiriam? É justamente no intento de investigar outra possibilidade no desenvolvimento histórico russo que se inserem os escritos de Marx originalmente destinados a Vera Zaslitch. É o que iremos analisar no próximo item do presente artigo.

### ***Os últimos escritos de Marx sobre a Rússia***

Antes de adentrarmos em nosso último tema, os esboços que Marx escreveu em resposta à carta de Vera Zaslitch, é essencial situar o contexto desses escritos. A carta enviada pela revolucionária russa a Marx, datada de 16 de fevereiro de 1881, insere-se no marco das polêmicas entre os *narodniki* e um grupo de pretensos marxistas russos. Cabe, aqui, uma pequena nota histórica a este respeito, sem a qual a compreensão desses escritos fica prejudicada.

Até cerca de 1890, portanto, após a morte de Marx, predominou no movimento revolucionário russo um ramo, por assim dizer, agrário do socialismo, conhecido como *narodnik* ou populista<sup>7</sup>. Seus adeptos acreditavam que a Rússia evitaria os males da indústria moderna, de tipo ocidental, ao alcançar uma ordem socialista genuinamente russa, fundada no primitivo núcleo de exploração comum da terra que ainda existia no país. Para eles, era suficiente abolir a servidão e a autocracia para fazer emergir, espontaneamente, a liberdade social e espiritual imanente a esses núcleos. Tratava-se de um movimento com tintura eslavófila, contraposto à propagação da influência europeia em seu país. O certo é que, independentemente dos diferentes matizes entre as abordagens do problema pelos próprios *narodniki*, eles tinham em comum o fato de fundamentar um programa de transformação socialista no país em suas peculiaridades históricas, colocando em segundo plano as determinações universais que configuram o capital e constituem o fundamento do programa de transformação social fomentado desde Marx.

7 Importante ressaltar que por “socialismo agrário” não nos remetemos, neste caso, a uma concepção conservadora do socialismo bastante difundida na primeira metade do século XIX, cujo objetivo seria, em contraposição aos males da indústria urbana, retornar a um passado rural embasado na pequena propriedade. Sobre esta vertente do socialismo, ver Droz (1972). No presente caso, não se trata nem da propriedade individual, já que a “comuna agrícola” russa, como veremos, era uma forma de propriedade coletiva, tampouco de um retorno ao passado, já que os *narodniki* se assentavam em uma relação de produção ainda existente como base para construção de uma sociedade futura.

Ocorre que, no interior do movimento *narodnik*, emergiu uma tendência diversa, em alguma medida influenciada pela edição russa de *O capital* de Marx. Com Plekhânov à cabeça, este novo movimento previu a iminente disseminação da indústria tipicamente capitalista na Rússia, destruindo sua estrutura patriarcal e as primitivas comunas rurais em que os *narodniki* queriam fundar seu socialismo. Daí a tese de que apenas em um futuro indeterminado, quando o modo de produção capitalista houvesse se apoderado da Rússia em extensão e profundidade, poder-se-ia falar em uma revolução socialista nesse país.

É nesse contexto que Vera Zaslitch, originalmente pertencente aos *narodniki* mas que integrara a organização marxista russa *Emancipação do Trabalho* em 1883, escreveu a Marx que apenas duas soluções seriam possíveis para o futuro do movimento socialista em seu país, indagando a qual delas Marx daria seu aval. Em uma primeira situação, a “comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos donos das terras e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver pela via socialista”. Ou, então, se, ao contrário, “a comuna está destinada a perecer”, resta ao socialista “descobrir em quantas dezenas de anos a terra do camponês russo passará de suas mãos para as da burguesia, em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa ocidental” (ZASULITCH in MARX; ENGELS, 2013, pp. 68-9).

Eis o contexto em que se inserem os últimos escritos de Marx sobre a Rússia. Eles têm em vista tão somente responder às seguintes perguntas: qual o futuro da comuna agrícola russa? Está destinada a perecer? Ou, ao contrário, está destinada a cumprir um papel de importância maior no futuro? Em resposta a essa correspondência, Marx escreveu quatro esboços, mas, ao final, apenas uma breve carta foi enviada. O que é essencial ter em vista no presente caso, porém, é que todo esse material não visa a analisar a situação russa em seu conjunto, como fizera Marx, por exemplo, em artigos sobre Índia, China e Irlanda escritos nos decênios anteriores. Não existe nesses esboços, por exemplo, qualquer análise sobre o papel histórico e a situação atual do tsarismo, sobre o desenvolvimento do proletariado russo nascente, sobre a relação entre este vasto Império eslavo e os demais países do Ocidente ao Oriente. Equivoca-se, portanto, quem procura encontrar nesses esboços uma elaboração de conjunto sobre as possibilidades de uma revolução futura na Rússia. Apenas um aspecto deste complexo problema é tratado: o papel a ser desempenhado pela comuna agrícola russa no próximo período histórico, particularmente no caso de uma revolução social no país. Não poderia ser de outro modo, afinal, nesses esboços e na carta definitiva enviada a Vera Zaslitch, Marx se dedicava unicamente a responder à pergunta por ela colocada. Isso quer dizer, insistimos, que todo

o seu conteúdo não tem em vista responder à questão da revolução russa em termos globais, mas ao problema do papel a ser desempenhado pela comuna agrícola na revolução russa.

Nessa perspectiva, os esboços se vinculam ao problema já tratado no item anterior. Marx partia da negação de que *O capital* fornecesse a base para uma teoria histórico-filosófica do devir de todo e qualquer país. Nesse sentido, escreveu que “a análise apresentada n’*O capital* não oferece razões nem a favor nem contra a vitalidade da comuna rural” (MARX; ENGELS, 2013, p. 115). Em vez de recorrer a qualquer teorização universal, Marx revelava ter feito um “estudo especial (...) dessa questão”, para o qual buscou “os materiais em suas fontes originais” (MARX; ENGELS, 2013, p. 115). Era necessário, assim, para responder ao impasse colocado por Zaslitch, examinar os traços específicos da “comuna rural” russa. Antes, porém, cabem alguns comentários sobre os escritos anteriores de Marx, quando o tema das comunidades embasadas na apropriação coletiva do solo já havia sido tratado.

Em fins dos anos de 1850, Marx dedicara grande espaço ao estudo dessas comunidades comunistas primitivas. Em seu livro *Contribuição à crítica da economia política*, explicava que o trabalho comunitário em sua forma originária “se encontra no limiar da história de todos os povos civilizados” (MARX, 1971, p. 41) e em nota especificava que é

um preconceito ridículo, muito generalizado ultimamente, acreditar que a propriedade coletiva primitiva é uma forma especificamente eslava, ou exclusivamente russa. É a forma primitiva, de que se pode detectar a presença nos romanos, germanos e celtas, mas de que se encontra ainda na Índia todo um mostruário dos vários modelos, embora em parte no estado de vestígios (MARX, 1971, p. 67).

Como podemos perceber, tais comunidades são a forma originária por meio da qual os homens se apropriaram da natureza. Ainda que marcadas por inumeráveis variações internas, pelo domínio das determinações particulares da natureza e da comunidade em face da universalidade, foi na forma da apropriação coletiva da terra que, por todos os lados, a espécie humana levou a cabo originariamente sua existência.

Com mais detalhes, tais comunidades são analisadas em trecho dos *Grundrisse* editado com o título: *Formas que precedem a produção capitalista* ou simplesmente *Formen* (MARX, 2011, pp. 397-424). Nesse texto, Marx explicava que o traço distintivo dessas comunidades é a ausência de propriedade privada da terra, ou, ainda, a ausência de mediação nas relações entre homem-comunidade-natureza. Ao se vincular diretamente à sua respectiva comunidade e, enquanto membro desta, à terra, o homem se encontra diante de uma dupla unidade imediata: de um

lado, homem-natureza, de outro, homem-comunidade, “pois cada fração de propriedade não pertence a nenhum membro por si mesmo, mas [apenas] como membro imediato da comunidade” (MARX, 2011, p. 393). A ausência de mediações faz nítidas e transparentes as relações sociais, já que elas se mostram como efetivamente são em sua totalidade. No entanto, de outra parte, a capacidade limitada de domínio do homem sobre as condições naturais coloca obstáculos e limites externos de todos os tipos.

Um limite particularmente importante dessas comunidades originárias, tendo em vista o seu desenvolvimento, é que, enquanto membro em unidade direta com o agrupamento comunal, o indivíduo não se diferencia dele, relacionando-se com ele como se estivesse preso por um cordão umbilical. Por isso, pouco espaço existe aqui para o desenvolvimento de sua individualidade. Os indivíduos são componentes puramente naturais ou meros acidentes de uma entidade comunitária substancial e, diversamente de outras formas sociais que se seguiram, não existe a livre iniciativa que alarga as possibilidades de um desenvolvimento original de um membro ante os demais, destacando-os do anonimato comum. Em suma, nesse estágio originário, o ser do indivíduo é o ser da comunidade e o indivíduo enquanto tal é algo indeterminado.

Todas as reflexões sobre essas comunidades originárias, existentes nos *Grundrisse*, no entanto, têm em mira sempre o modo de produção capitalista, principalmente porque o “sistema da produção fundado na troca privada”, isto é, o capitalismo, “é, em primeiro lugar, a dissolução histórica desse comunismo desenvolvido natural e espontaneamente” (MARX, 2011, p. 757). O segredo histórico do modo de produção capitalista corresponde, assim, ao segredo da dissolução das comunidades primitivas e é por esse motivo que Marx dedicou a maior parte das *Formen* à análise desta forma social em contraposição ao capital. É nesse mesmo sentido que se insere o capítulo de *O capital* destinado a decodificar a acumulação originária. Tal como nas *Formen*, o que está em questão nesse capítulo é compreender a origem do capital, ao pressupor a completa dissociação entre os produtores e seus meios de produção. Da mesma maneira que nas *Formen* não preocupava a Marx estudar nenhuma forma de organização social do passado em si mesma, a questão do capítulo da *acumulação originária* não é o estudo das particularidades da nação inglesa.

Nesse sentido, não está em questão, nos *Grundrisse*, analisar nenhuma dessas comunidades assentadas na propriedade coletiva da terra em suas respectivas particularidades, tal como se faz em uma análise historiográfica ou antropológica no sentido usual desses termos, mas tomá-las em seu conjunto tendo em vista estudar as especificidades do modo de produção capitalista. Este aspecto é explicitado pelo próprio Marx:

O que necessita de explicação, ou é resultado de um processo histórico, não é a *unidade* do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital. (MARX, 2011, p. 398)

Ocorre que, nos esboços da carta a ser enviada a Zaslitch, o que está em questão é exatamente o exame das particularidades da “comuna rural” russa, as razões de sua tão longa sobrevivência, mas, principalmente, as possibilidades que ela encerrava tendo em vista o futuro. Como se nota, é um grave equívoco metodológico procurar por rupturas nesses dois momentos dos escritos de Marx, já que ambos têm em mira aspectos diametralmente opostos no exame dessas formas sociais. Em um caso, o enfoque é o que há em comum entre as inúmeras comunidades originárias tendo em vista buscar a especificidade do capital, em outro, o cerne é o que distinguia a comuna agrícola russa em uma situação de coexistência com o modo de produção capitalista. Esclarecido este aspecto, podemos retomar os esboços.

De início, Marx admitiu que, em uma perspectiva histórica, apenas existe um argumento sério a favor da dissolução da “comuna rural” russa: o fato de ela ter existido, de algum modo, em toda parte na Europa ocidental e, no entanto, todas estas formas de produção comunal terem sucumbido “totalmente com o progresso social” (MARX; ENGELS, 2013, p. 89). Mas, já aqui emergia uma primeira particularidade de importância decisiva para a comuna agrícola russa: era “graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode se apropriar de todas as conquistas positivas e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis”. Afinal, “a Rússia não vive isolada do mundo moderno, tampouco foi vítima de algum conquistador estrangeiro, como o foram as Índias orientais” (MARX; ENGELS, 2013, pp. 89-90).

Ora, claro está que a concomitância da propriedade coletiva russa com o moderno modo de produção burguês colocava possibilidades e cenários radicalmente novos. Não poderia ser de outro modo, afinal, o capital se caracteriza exatamente por entrecruzar o destino de todos os povos e nações, por entrelaçar, por meio do mercado mundial, o conjunto dos países em uma só rede, em uma só unidade. Nada mais absurdo, nesse contexto, do que conceber o devir dos mais diversos países como uma série de desenvolvimentos contínuos, isolados e justapostos estaticamente um em relação ao outro. Além disso, o fato de não ser uma nação conquistada, como era o caso da Índia (sob dominação direta da Inglaterra), impedia que

as formas tradicionais de propriedade fossem arbitrariamente dissolvidas pela intervenção política direta, externa e consciente de um conquistador.

Não é, porém, somente isso. A vitalidade da “comuna rural” russa, sua existência, mesmo nos umbrais do século XX, apontava para especificidades em relação às demais formas de propriedade do mesmo tipo que um dia existiram na Europa e em outros locais do mundo. A primeira delas, tratada com mais detalhes por Marx nos esboços, dizia respeito ao fato de que, diferentemente de outras formas de propriedade comunal, a comuna agrícola russa se desenvolveu de modo a permitir um desenvolvimento mais alargado do indivíduo.

Para esclarecer esse aspecto, Marx indicou “certos traços característicos que distinguem a ‘comuna agrícola’ [ou seja, a “comuna rural” russa] dos tipos mais arcaicos”. Com esse objetivo, listou uma série de características típicas dessas comunidades originárias que existiram anteriormente à comuna agrícola russa. Em primeiro lugar, “estão todas baseadas no parentesco natural de seus membros”, sendo uma de suas bases materiais “a casa comum”. Motivo pelo qual “a produção é feita em comum e apenas se reparte o produto”. Nesse contexto, como já assinalamos, o indivíduo aparecia como mera encarnação de sua comunidade, sendo particular unicamente a apropriação dos produtos destinados ao consumo imediato. Ora, estando as determinações individuais tão reduzidas nessa forma de sociedade, resta concluir que este “tipo primitivo de produção cooperativa ou coletiva foi, que fique claro, o resultado da fraqueza do indivíduo isolado e não da socialização dos meios de produção” (MARX; ENGELS, 2013, p. 92).

Em caminho diverso, a comuna agrícola russa rompia com o rígido vínculo natural de parentesco, tornando-o “mais capaz de expandir-se e de suportar o contato com estrangeiros”. A “casa e seu complemento (o pátio) já são propriedade privada do agricultor” (MARX; ENGELS, 2013, p. 92). Este aspecto foi desenvolvido de forma mais detida no terceiro esboço, explicitando que a “comuna agrícola” “foi o primeiro agrupamento social de homens livres, não estreitado por laços de sangue” (MARX; ENGELS, 2013, p. 109). Some-se a isso o fato de que, em função da existência de uma casa particular, “o usufruto individual é combinado com a propriedade comum” (MARX; ENGELS, 2013, p. 110). Mas a especificidade mais importante é, sem dúvida, a seguinte:

não obstante a terra arável continuar como propriedade comunal, ela passa a ser periodicamente dividida entre os membros da comuna agrícola, de sorte que cada agricultor explora por conta própria os campos que lhe foram designados, apropriando-se individualmente dos frutos (MARX; ENGELS, 2013, p. 92).

Como se vê, “a casa privada, a cultura parceleira da terra arável e a apropriação privada dos frutos admitiam um desenvolvimento da individualidade, incompatível com as condições das comunidades mais primitivas” (MARX; ENGELS, 2013, p. 92). Agora, o indivíduo que trabalhava dispunha da possibilidade de desenvolver atividades de sua livre iniciativa, colhendo os frutos de seu esforço individual sem, com isso, desgarrar-se de sua respectiva entidade comunitária e de todas as garantias que este vínculo pode lhe propiciar. Eis o segredo da maior vitalidade da comuna russa, bem como os motivos que lhe permitiam ser combinada com os progressos técnicos da moderna indústria capitalista.

Se tais especificidades, em certa medida, explicam os motivos da vitalidade da comuna agrícola, de modo algum eliminam, no entanto, suas contradições. A começar por suas contradições internas, as quais Marx denominava de um “dualismo inerente à ‘comuna agrícola’” passível de, “com o tempo, tornar-se uma fonte de decomposição” (MARX; ENGELS, 2013, p. 93). Esse dualismo imanente consistia mais ou menos no seguinte: se, por um lado, essa configuração específica possibilitava um maior desenvolvimento do indivíduo, de onde advinha seu vigor, por outro, possibilitava também a gradual acumulação de um patrimônio mobiliário, abalando a igualdade econômica e social, “terminando por trazer à luz, no seio da própria comuna, um conflito de interesses que acarreta primeiramente a conversão da terra arável em propriedade privada” e, em seguida, a “apropriação privada das florestas, pastagens e terras ociosas etc., as quais já haviam se convertido em *anexos comunais* da propriedade privada” (MARX; ENGELS, 2013, p. 93). Como se nota, essas mesmas particularidades que permitiam, de algum modo ainda não totalmente esclarecido, o desenvolvimento da comuna agrícola para uma forma de organização social superior sem que, com isso, fosse necessário passar pelo longo purgatório da propriedade privada eram responsáveis, simultaneamente, por engendrar tendências internas no sentido de sua dissolução, no sentido de fazer prevalecer a propriedade privada sobre a propriedade coletiva.

Para além dessa contradição interna, existia ainda outro limite que, nos dizeres de Marx, constituía sua maior fragilidade:

Trata-se de seu isolamento, a falta de ligação entre a vida de uma comuna e a das demais, esse *microcosmo localizado* que não se encontra mais em parte alguma como característica imanente desse tipo, mas que, onde se encontra, fez surgir um despotismo mais ou menos central, que paira sobre as comunas. (MARX; ENGELS, 2013, p. 95)

Disso se segue que o desenvolvimento da comuna agrícola devesse seguir o curso predeterminado de sua dissolução? Segundo Marx, não

necessariamente. A seguinte disjuntiva se impõe: “ou o elemento da propriedade privada implicado nela prevalecerá sobre o elemento coletivo ou este último prevalecerá sobre o primeiro” (MARX; ENGELS, 2013, p. 93). Se a primeira alternativa poderia se realizar pelo mero desdobrar das contradições internas da comuna, pelo contínuo desenvolvimento da propriedade privada nela já implicada, bem como pela intervenção externa; para a realização da segunda alternativa, ou seja, para a comuna “tornar-se um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna”, isto é, o socialismo, seria necessário que ela trocasse de pele sem, com isso, suicidar-se. Ou seja, “se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista” (MARX; ENGELS, 2013, p. 96).

Como se vê, se é verdade que Marx se afastou por completo da visão unilinear e determinista da história, tal como sustentavam os “marxistas” russos, de outra parte, também se afastou da concepção eslavófila característica do movimento *narodnik*, ao menos em sua faceta mais conhecida. Ao mesmo tempo em que reconhecia as contradições internas da comuna agrária, assinalava que nenhum futuro poderia ser conferido a essa comuna se, de algum modo, ela não se “apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade”. Somente assim, como insistia Marx nos sucessivos esboços e mesmo na versão definitiva enviada a Zasulich, a comuna poderia se tornar a “alavanca da regeneração social da Rússia” (MARX; ENGELS, 2013, p. 115).

Como, no entanto, essa possibilidade poderia ser efetivada? Como garantir a permanência da comuna agrícola sob a base das conquistas materiais da época capitalista? Ora, se tais escritos de Marx são fundamentais no esclarecimento das particularidades desta comuna agrícola, bem como na negação de que um devir inexorável estava reservado à Rússia, são decepcionantes do ponto de vista da resposta à presente questão. Afinal, não se indicam, de forma determinada, por quais vias essa emancipação da comuna poderia se comungar com os “frutos da produção capitalista”. É verdade que Marx tinha consciência do algo grau de abstração e indeterminação de sua elaboração tal como por nós exposta até aqui, tanto que dizia, em meados do primeiro esboço, ser “preciso descer da teoria pura à realidade russa” (MARX; ENGELS, 2013, p. 96).

Na sequência, procurando descer à realidade russa, Marx negava, com exemplos históricos, que os camponeses russos deveriam passar pelo mesmo processo que a Inglaterra. Explicava ele que não seria necessário expropriá-los diretamente para expulsá-los do campo, bastando privá-los “do produto do seu trabalho agrícola para além de uma determinada medida” (MARX; ENGELS, 2013, p. 96). Descrevia, então, os mecanismos fiscais e reformas efetivadas pelo estado russo que estavam a asfixiar cada

dia mais a comuna agrícola. E complementava: “À custa dos camponeses, o estado deu forte impulso aos ramos do sistema capitalista ocidental”, no entanto, “sem desenvolver de nenhum modo as capacidades produtivas da agricultura” (MARX; ENGELS, 2013, p. 96). E dizia com todas as letras que para “salvar a comuna russa é preciso que haja uma revolução russa. De resto, os detentores dos poderes políticos e sociais fazem o melhor que podem para preparar as massas para essa catástrofe” (MARX; ENGELS, 2013, p. 100). Ainda assim, uma vez mais, não era explicitado por que meios, sobre que base social e política essa revolução poderia ser levada a cabo.

É verdade que, com relação ao isolamento das comunas agrícolas, Marx dizia ser um “obstáculo muito fácil de eliminar” desde que a instância governamental fosse substituída “por uma assembleia de camponeses eleitos pelas próprias comunas e servindo de órgão econômico e administrativo dos seus interesses” (MARX; ENGELS, 2013, p. 95). O que foi reafirmado de forma mais sucinta no segundo esboço. Dizia, ainda, que os agricultores, mas não exclusivamente a “comuna agrícola”, uma entre as várias formas de propriedade fundiária na Rússia, eram a “maior força produtiva da Rússia” (MARX; ENGELS, 2013, p. 95). No entanto, como conferir tal poder às comunas? Ou, o que é mais importante, como destruir o estado russo com todas as medidas que, tal como exposto pelo próprio Marx, estavam a deteriorar cada vez mais essa forma de propriedade? No segundo esboço, justamente em seu último parágrafo, esta questão era posta diretamente pelo próprio Marx. Ali ele dizia que, “deixando de lado toda a questão mais ou menos teórica”, era um fato que a própria existência da comuna estava ameaçada por todos os lados. E isso não era tudo. “O interesse dos proprietários de terras é constituir os agricultores mais ou menos bem situados como classe média agrícola e transformar os camponeses pobres – isto é, a massa – em simples assalariados”. E terminava com a questão fundamental que acima aludimos: “E como resistiria uma comuna moída pelas exações do estado, pilhada pelo comércio, explorada pelos proprietários de terras, minada em seu interior pela usura?” (MARX; ENGELS, 2013, p. 95). Ora, com essa indagação termina o segundo esboço, sem qualquer resposta à questão posta.

Mais ainda. Nos sucessivos esboços, era justamente esse trecho da elaboração que, descendo ao terreno mais concreto da realidade russa, procurava explicitar por que meios seria possível uma revolução russa de modo a permitir a regeneração da comuna agrícola sob as bases materiais herdadas pela sociedade capitalista que foi paulatinamente se esvanecendo até que, por fim, no quarto esboço e na carta definitiva a Zaslitch, desapareceu por completo. Se Marx abria, com toda certeza, a realidade russa para outras possibilidades que não fosse o lento penar no modo de produção capitalista, ele não conseguiu encontrar, ao menos no chão da

realidade russa de sua época, uma elaboração mais determinada que permitisse vincular as particularidades russas de então à universalidade da revolução socialista. Não é de se surpreender que, ao final, apenas uma curta carta tenha sido enviada a Zasulitch, sem que o cerne da questão pudesse ser satisfatoriamente esclarecido. Afinal, como dissemos e convém repetir, Marx não conseguira superar o aspecto teórico-abstrato de sua elaboração, não conseguira “descer da teoria pura à realidade russa”, vinculando suas particularidades a uma finalidade histórico-universal. Em suma, a análise de Marx da questão em tela terminava de forma aporética.

Sua conclusão mais precisa, mas ainda indeterminada, já que permanece sem esclarecer em que consistiria uma eventual revolução russa, é aquela do “Prefácio” à edição russa do *Manifesto comunista*, datado de 1882, quando anunciava, em relação ao problema aqui tratado que a “única resposta possível é a seguinte”:

se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista (MARX; ENGELS, 2013b, p. 95).

Se os limites assinalados acima são oriundos de uma análise ainda insuficiente de Marx ou, então, são próprios à sociedade russa nos últimos decênios do século XIX – esta é uma questão que não pretendemos de modo algum responder neste espaço.

### ***Considerações finais***

Como podemos perceber, se é verdade que Marx não chegou a uma conclusão determinada sobre os caminhos possíveis para uma revolução socialista na Rússia de então, esse fato apenas confirma que ele jamais elaborou um esquema geral da história, uma teoria universal que é capaz de indicar todos os caminhos de antemão. Mas isso não é tudo. No exame das particularidades da comuna agrícola russa, de seus limites e potencialidades, de seu papel na sociedade russa em seu conjunto, não foi possível extrair determinações que permitissem vincular, objetivamente, as necessidades imediatas do campesinato russo às necessidades históricas do proletariado. Isto é assim ainda que, abstratamente, tenha sido possível afirmar que, se combinada a uma revolução proletária no Ocidente, a “comuna agrícola” poderia servir de ponto de partida para uma evolução comunista na Rússia.

Fica patente, então, que *O capital* de Marx, longe de indicar os caminhos e descaminhos de qualquer nação, nem sequer garantia, *a priori*, que um dado problema social pudesse encontrar nele sua solução. O exame

das particularidades nacionais, à luz de *O capital* e não contra ele, é uma tarefa permanente e das mais complexas para qualquer marxista disposto a buscar os caminhos entre o especificamente nacional e a universalidade da revolução socialista, entre as contradições específicas de uma dada nação e as contradições do modo de produção capitalista.

Ora, apesar da importância teórica inquestionável desses escritos de Marx sobre a comuna agrícola russa, hoje sabemos que ela não sobreviveu. Sua existência, já bastante deteriorada à época de Marx, deu seus últimos suspiros com as reformas de Stolypin sob o tsar Nicolau II. De qualquer modo, foi negando a tese unilinear da história de Plekhânov – e, ao mesmo tempo, centrando todos os esforços possíveis na correta compreensão das particularidades nacionais russas, no entanto, sem autonomizá-las, como faziam os *narodniki* – que os bolcheviques, em outro ambiente histórico, agora marcado por um potente proletariado urbano, conseguiram depor o tsarismo e conduzir os trabalhadores e camponeses, e suas organizações, os soviets, ao poder. Nesse sentido, enquanto realização do projeto histórico encerrado em *O capital* a partir das especificidades que cada contexto sempre impõe, a Revolução Russa de 1917 pode ser considerada, como nenhuma outra revolução do século XX, a realização de *O capital* de Karl Marx.

### **Referências bibliográficas**

- BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista 1919-1943: a ascensão e a queda*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- DROZ, Jacques. *História geral do socialismo v. II*. Lisboa: Livros Horizontes, 1972.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere v. I, II, III. 3. Ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARX, KARL. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Escritos sobre Rusia v. I: La historia diplomática secreta del siglo XVIII*. México: Cuadernos Pasado y Presente, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Crítica do nacionalismo económico*. Lisboa: Antígona, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Educ, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. *O capital* l. I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Imperio y colônia: escritos sobre Irlanda*. México: Pasado y Presente, 1979.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Lutas de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis: Vozes, 1990.

OLIVEIRA, Lelita. “O socialismo dos engenheiros em face do *Manifesto* propriamente operário”. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Ensaio sobre o Manifesto comunista* v. 1. São Paulo: Xamã, 1998, pp. 11-44.

SODRÉ, Nelson Werneck. “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

STÁLIN, J. *Materialismo dialético e materialismo histórico*. São Paulo: Global, 1982.

Recebido: 4 de janeiro de 2017

Aprovado: 8 de abril de 2017